



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - DH

MARILENE GALDINO DA SILVA

**A IGREJA CATÓLICA EM MOGEIRO/PB NO PERÍODO DA DITADURA
MILITAR**

Campina Grande - PB
2014

MARILENE GALDINO DA SILVA

**A IGREJA CATÓLICA EM MOGEIRO/PB NO PERÍODO DA DITADURA
MILITAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de História da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento a exigência para obtenção
do grau de Graduado em História.

Orientador: Prof. Ms. Alberto Edvanildo Sobreira
Coura

Campina Grande - PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586i Silva, Marilene Galdino da
A igreja católica em Mogeiro/PB no período da ditadura
militar [manuscrito] / Marilene Galdino da Silva. - 2014.
20 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Prof. Me. Alberto Edvanildo Sobreira Coura,
Departamento de História".

1. História do Brasil 2. Ditadura Militar 3. Igreja Católica 4.
Mogeiro - Paraíba I. Título.

21. ed. CDD 981.063

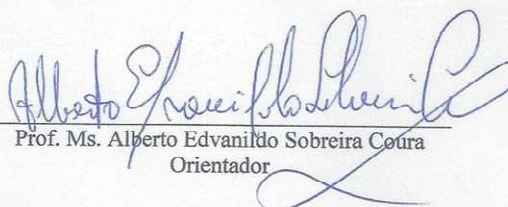
MARILENE GALDINO DA SILVA

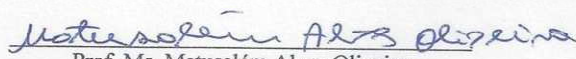
**A IGREJA CATÓLICA EM MOGEIRO/PB NO PERÍODO DA DITADURA
MILITAR**

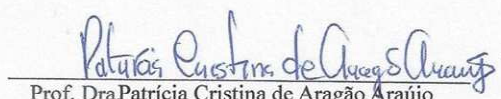
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de História da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento a exigência para obtenção
do grau de Graduado em História.

Aprovado em, 09/12/2014

BANCA EXAMINADORA


Prof. Ms. Alberto Edvanildo Sobreira Coura
Orientador


Prof. Ms. Matusalém Alves Oliveira
Examinador


Prof. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo
Examinadora

Resumo

Ao comemorarmos o cinquentenário do Golpe Militar no Brasil, é nítido que não se esgotam de serem publicados em livros, artigos, revistas e jornais, de maneira cuidadosa os fatos decorridos nos anos 60, especialmente os 21 anos em que o Brasil experimentou em seus diversos aspectos: políticos, econômicos, sociais, culturais e religiosos e que jamais sairá da memória do povo brasileiro, principalmente daqueles que foram vítimas do regime militar. O presente artigo traz uma reflexão sobre as questões relacionadas a Igreja Católica e a Ditadura Militar no Brasil. Período de muita repressão, autoritarismo do Estado e conservadorismo presente em uma das alas da Igreja Católica no período de 1960 a 1980. Motivados pelas problemáticas: qual foi a posição da Igreja Católica? O que ela fez para amenizar esta falta de liberdade da sociedade? Quem aderiu aos movimentos sociais?; é que nos debruçamos sobre este trabalho tendo como objetivo compreender o papel da Igreja Católica presente em Mogeiro-PB, neste período. Para desenvolver este trabalho a princípio fizemos uma pesquisa bibliográfica qualitativa utilizando o método da oralidade, em entrevistas com atores que vivenciaram o período em estudo. Apoiado teoricamente em autores como Matos, Braick, Chatier e Pesavento.

Palavras - Chave: Igreja, autoritarismo, repressão, Mogeiro, estado e povo.

Introdução

O Brasil mergulhou na escuridão da quebra da democracia e a imposição de um regime altamente autoritário imposto a sociedade brasileira, que aboliu as liberdades civis e as manifestações de pensamentos contrários ao novo regime, uma verdadeira caça as bruxas, ou seja, aos supostos comunistas.

Momentos de muita tensão, angústia, medo, torturas, instabilidade econômica, divisão entre os membros da Igreja Católica, divisão entre os partidos políticos, como também de muita resistência e luta dos opositores do Golpe Militar, contra as atrocidades cometidas pelo o novo regime que começava a vigorar no país.

No período de 64 a 85 o povo brasileiro, vivenciou momentos de grande tensão onde os mesmos não eram personagens de um filme de ficção, mas sim pessoas de carne e osso, com ideias e pensamentos diferentes, interesses coletivos e individuais, que de uma forma ou de outra lutavam contra o regime recém criado.

O objetivo deste trabalho é fazer uma leitura crítica deste período da historiografia brasileira contemporânea, que marcou profundamente o nosso país de Norte a Sul, buscando

construir análises que ajudem a compreender a posição tomada pela Igreja Católica presente na cidade de Mogéiro na Paraíba.

Fruto de inquietações, tais como: qual foi a posição da Igreja Católica? O que ela fez para amenizar esta falta de liberdade da sociedade? Quem aderiu aos movimentos sociais? E alimentados pelo vento da investigação científica que é capaz de transformar ansiedades interiores em escrita, fomos instigados a desenvolver o presente artigo que vem abordar o papel da Igreja Católica e sua relação com o Regime Militar no Brasil de 1964 a 1985, mais especificamente na cidade de Mogéiro no estado da Paraíba.

Para desenvolver este trabalho num primeiro momento fizemos uma pesquisa bibliográfica qualitativa e no segundo momento utilizamos o método da oralidade realizando entrevistas com atores que vivenciaram o período em estudo.

Sandra Pesavento destaca que a partir da primeira metade do século XIX os historiadores começaram a produzir preocupados em escrever histórias nacionais, que fossem atrás da captura do espírito do povo, as massas como protagonistas dos acontecimentos:

“A nova história cultural trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”

Na organização deste artigo também nos apoiamos em Roger Chartier, quando ele nos mostra que o objeto da história cultural é identificar o modo como em diferentes tempos e espaços uma determinada realidade social é construída pensada e dada a ler:

“As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de um grupo que as forjam.”

1 - O Regime Militar e a Igreja Católica

1.1 – Anos 60: a legalidade do regime

Marcada por grandes acontecimentos no cenário nacional e internacional, a década de 60 jamais poderá ser esquecida pelos latinos americanos em especial os brasileiros, que no dia 31 de março de 1964, os militares brasileiros deram início a auto-denominada “Revolução” que mais tarde se transformou em um regime ditatorial, e “cabe reforçar sua lembrança antes que ela seja paulatinamente desbotada da memória e seqüestrada por uma versão, por assim

dizer, “ elitista” sobre a história da resistência contra a opressão daquele período” (Jornal da Força Sindical. Ruy, Carolina, 2014, p.16).¹

A guerra contra o comunismo culminou em uma verdadeira onda de golpes militares na América Latina, países como Bolívia, Argentina, Peru, Chile, Uruguai, Brasil entre outros foram submetidos a um regime extremamente autoritário e violento.

Efetivamente a luta contra o comunismo, liderada pelos Estados Unidos foi intensa, queria a qualquer custo implantar o capitalismo no mundo e acabar com o sistema comunista. Na América Latina os golpes militares iniciaram-se pelo Brasil, seguido por Argentina (1966), Chile (1973) e Uruguai (1973). Na Argentina foi deposto do poder o presidente civil Arturo Illia, os militares fecharam o Congresso, esta forma de governo instaurada na Argentina durou até 1973.

Já no Chile os militares intervieram com um golpe sangrento, bombardeando o palácio presidencial do presidente socialista Salvador Allende, executando milhares de partidários, fechando o Congresso e estabelecendo um período repressivo, liderado pelo General Augusto Pinochet, durando até o ano de 1990.

No Uruguai o presidente civil, Juan Maria Bordaberry aliou-se aos militares em 1973 e instaurou um regime autoritário que permaneceu até o ano de 1985. É importante ressaltar que esses regimes brotaram em sociedades parcialmente industrializadas, que formavam a região da América da Latina mais economicamente desenvolvida.

Eles possuíam burocracias estatais relativamente grandes e capazes, e usaram a capacidade do estado para intervir na sociedade de formas novas e mais amplas, pois todos eles professavam fidelidade a defesa da “segurança nacional” uma concepção de conflito político da época da Guerra Fria.

Os regimes impostos em todos esses países mencionados, num determinado momento, praticaram terrorismo de Estado, usando sistematicamente de prudência, detenções, torturas, assassinatos e desaparecimento de seus próprios cidadãos. Os líderes dos governos militares tanto no Brasil quanto da América do Sul preocupavam-se com a legalidade de seus regimes, apesar de todos terem chegado ao poder pela força, e não mediam esforços para legitimar suas ações de atrocidades, enquadraram seus atos num arcabouço legal.

Ainda podemos lembrar que em todos esses regimes houve, por um lado, uma esfera de terror estatal extrajudicial e, por outro, uma esfera de legalidade rotineira e bem constituída. Como exemplo temos o caso da Argentina, os cidadãos podiam processar o

¹ Carolina Maria Rui é jornalista, coordenadora de projetos do Centro de Cultura e Memória Sindical.

governo em tribunais em casos de direito civil e ter ganho de causa, enquanto cidadãos seus eram capturados nas ruas e executados por grupos clandestinos de matadores, acobertados pelo governo.(Pereira, Anthony W., 2010)

Diante destes dois extremos, existia uma área cinzenta onde o governo tentava legalizar a repressão por ele praticada, por meios de decretos, alterações das constituições, expurgos, reorganização e manipulação do judiciário, e pela promulgação de novas leis.

Segundo Pereira (2010) ainda podemos lembrar outra estratégia usada na luta para legalizar a repressão era a “Justiça Política” ou processos movidos em tribunais contra opositores do regime acusados de crimes contra a segurança nacional. A Justiça Política foi também uma tentativa de remodelar a sociedade para que ela se enquadrasse na visão dos líderes do regime sobre o que a cidadania deveria ser, processando cidadãos por crimes como distribuição de propaganda subversiva, filiação a organizações proscritas, crimes contra a autoridade e não conformismo político, e para os partidários do regime, a Justiça Política era ainda uma ensaio de conseguir a grandeza nacional e a correção política.

É importante ressaltar que os julgamentos por crimes políticos ocorridos sob os regimes militares do Brasil e dos países vizinhos citados anteriormente, tiveram lugar dentro de sistemas judiciários em que as regras tinham peso, embora o ideal de estado de direito estivesse longe da realização plena, em cada um dos países como o Brasil, Chile e Argentina a repressão variava de caso a caso em termos de intensidade, âmbito, abrangência geográfica e mudanças ao longo do tempo.

Estes regimes adotados nos países Latino Americano ocorreram durante a luta contra o comunismo que vinha se instalando em alguns países, e como sabemos que após a Segunda Guerra Mundial o mundo estava dividido em dois blocos antagônicos liderados pela Ex União Soviética e os Estados Unidos da América entre eles existiam as diferenças sociais, econômicas e políticas, o chamado confronto de ideologias, um defendia o sistema comunista e o outro o sistema capitalista, iniciando uma Guerra Fria.

Após a chegada dos militares brasileiros ao poder em 1964, inaugurou-se um período de coesão e agressão aos direitos dos brasileiros, durante 21 anos que se seguiram ao Golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart, a vida política, passou a ser regida por dispositivos autoritários que cerceavam a liberdade dos brasileiros, como censuravam os meios de comunicação. O golpe militar interrompeu o processo democrático em nosso país, seguindo assim diversos governos comandados por militares por longos e tenebrosos anos, o que levou o Brasil ao caos.



Foto 1: Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores – Mogeiro - PB

2 - Caracterização do Município de Mogeiro - PB

O município de Mogeiro está situado na região do Semi-Árido nordestino, mais precisamente no estado da Paraíba, na mesorregião do Agreste, na microrregião de Itabaiana. Tendo sido emancipado em 12 de dezembro de 1961. Possui uma área territorial de 193,943 Km², altitude de 117m.

Como características físicas e geográficas pode-se destacar que seu território possui peculiaridades, pois na porção norte encontra-se uma cadeia de serras, amplamente habitadas, possuindo clima ameno e vegetação sempre verde. Já na porção sul tem-se o Vale do Paraíba, de clima mais quente e composto por comunidades ribeirinhas.

O município limita-se ao norte com Juarez Távora e Gurinhém, ao sul com Salgado de São Félix, a leste com Itabaiana e São José dos Ramos, a oeste com Ingá e Itatuba. Encontra-se distante 97 km da capital, João Pessoa e a 60 km de Campina Grande. Sua principal via de acesso é a PB 054 que a liga aos municípios de Itabaiana (ao leste) e o de Ingá (oeste) e conseqüentemente a BR 230 nos dois sentidos.

Sua população ainda encontra-se em sua maioria na zona rural (6.908). Já na zona urbana temos 5.583 habitantes. Perfazendo um total de 12.491 (IBGE-2010). Ainda de acordo com o IBGE (2008), Mogeiro possui um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 53.931.000,00 o que gera uma renda per capita de R\$ 4.316,89 (IBGE-2008).

Seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é de 0.545, considerado baixo. Analisando a evolução do PIB municipal no período de 2002 a 2008 pode-se observar um gradual crescimento, como mostra a tabela 1 a seguir. Contudo é válido realçar que entre 2006

e 2007 observa-se que houve uma pequena redução no PIB, mas o PIB per capita não reduziu – aumentando de quase R\$ 3.300 em 2006 para R\$ 3.443,00 em 2007.

3 - Catolicismo X Ditadura: Quem foi mais autoritário em seus discursos ideológicos?

Em 1961 João Goulart assumiu a Presidência do Brasil logo após renúncia do então Presidente Janio Quadros, que governou o país por apenas sete meses. Os conservadores, aliados aos militares, não concordavam com as medidas propostas pelo novo presidente, as chamadas **Reformas de Base**, que segundo FERREIRA apud Braik (2010, p. 142), as definia:

Sob essa ampla denominação de “reformas de base” estava reunido um conjunto de iniciativas: as reformas bancárias, fiscais, urbanas, administrativas, agrárias e universitárias. Sustentava-se ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos a as patentes subalternas das Forças Armadas, como os marinheiros e os sargentos, e defendiam-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior. O carro-chefe das reformas era, sem dúvida, a reforma agrária, que visava eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores rurais.

O governo de João Goulart foi marcado pela crise econômica, aumento da inflação, redução dos salários e greves. Com este mesmo propósito era planejada uma campanha que contribuiu para a desestabilização do governo de Jango. Em 31 de março de 1964, é dado o Golpe Militar no Brasil, instaurando uma Ditadura de 21 anos, que sufocou qualquer tipo de manifestação social de esquerda. O impacto foi grande para a sociedade brasileira. Vejam o que diz Herbert de Souza (Betinho apud BARROS,1991. p. 13)

“{...} Em 1964 a nação recebeu um tiro no peito. Um tiro que matou a alma nacional {...}. Os personagens que pareciam fazer parte da história brasileira, ou da História do Brasil como nós imaginávamos, esses personagens de repente sumiram. Ou fora do poder, ou presos ou mortos. E em seu lugar surgiram outros, que eu nunca sequer percebera existir. Atoos bárbaros que eu nunca tinha visto. Idiotas que nem mereciam ser notados. {...}Aí me veio a percepção clara de que o Brasil tinha mudado pra sempre.{...}Havia sido cometido um assassinato político. Ali morreu um país, morreu uma liderança popular, morreu um processo. Uma derrota política da qual você jamais vai se recuperar nos mesmos termos.{...}Não se matam somente pessoas, também se matam os países, os processos históricos. “

Grupos de movimentos sociais, de trabalhadores, estudantes e intelectuais, equiparavam-se de saberes da teoria marxista e se voltavam a um pretensão socialismo, mas eram contidos pelos militares. O Brasil mergulhava na escuridão de um regime autoritário, que cercaria as liberdades civis e de manifestações de pensamento contrários ao regime. A repressão nos dias de chumbo foi intensa: torturas, mortes, guerrilhas, atentados e muito

terror, foi vivenciado pela sociedade de Norte a Sul de Leste a Oeste do país. Mas era preciso silenciar o povo e os militares não mediam esforços para isso acontecer, e neste panorama começa-se a ser construída a Ditadura no Brasil.

Diante deste quadro de intolerância política, algumas problemáticas são de fundamental importância, tais como: qual a posição da Igreja Católica? O que ela fez para amenizar esta falta de liberdade da sociedade? Quem aderiu os movimentos sociais?

É importante ressaltar que, desde a colonização do nosso país a Igreja e o Estado sempre caminharam juntos, entretanto com as transformações ocorridas a partir do processo republicano brasileiro, pôs fim a secular aliança da Igreja com o Estado.

Em outubro de 1945, a ditadura de Vargas chega ao fim, e efetua-se a redemocratização do país, um crescente nacionalismo e a busca de emancipação e anseios por desenvolvimento.

Neste clima de emancipação, a Igreja apóia a democracia, e representada pelo Arcebispo Dom Jaime de Barros do Rio de Janeiro, lança um Manifesto de teor político, favorável à democracia, sob a condição de os “direitos da Igreja” serem plenamente respeitados, ou seja, a Igreja não perderia seu poder.

... Confiamos que, em um país nascido e civilizado sob o signo da Cruz, como o Brasil, as diferentes agremiações partidárias, legitimamente divididas em outros pontos, concordem em atacar a liberdade da Igreja e as reivindicações da nossa consciência religiosa, que são as da quase totalidade da sua população. É medida de alta sabedoria inspirada no desejo sincero de conservar a harmonia entre o poder civil e a consciência espiritual da nação. Manifesto do Episcopado Brasileiro. (MATOS, 2003, p. 132)

E impressionante, o discurso autoritário da Igreja e a perspectiva de cristandade presente no texto. De fato, nos anos pós-guerra, a Igreja continuou insistindo na mediação do poder governamental para assegurar sua presença e influência na sociedade. Porém a sociedade dá sinais de mudanças, reclamava por liberdade e pluralismo. O próprio contexto histórico conduzia a uma profunda crise do modelo de neocristandade construído no Brasil com volumosos esforços ao longo do tempo. Estava em gestação uma nova consciência eclesial, ou seja, uma outra compreensão de si mesma por parte da Igreja.

A partir de então a Igreja começa a ter uma atitude diferente, passa a ter contato imediato com o sofrimento do povo, sobretudo do interior, deu margem então a uma nova conscientização em significativos setores da Igreja. A descoberta direta das bases do povo de Deus fez que se começasse a repensar a atuação da Igreja na sociedade brasileira. Mas porque a Igreja começa a mudar a sua forma de atuação? A Igreja tradicional se assim podemos chamá-la, tinha um caráter conservador, seu discurso era voltado mais para a elite do que para

os menos favorecidos, antes da separação da Igreja e o Estado o pensamento da Igreja católica era este:

No pensamento católico, religião e ordem constituem um binômio inseparável, pois é mediante a doutrina religiosa que se incute no povo os princípios morais indispensáveis a para a manutenção da ordem social. Ao proclamar-se leigo e, conseqüentemente, ao deixar de prestigiar o ensino da religião católica, o estado estaria contribuindo para solapar os próprios fundamentos éticos da organização da sociedade brasileira. . (MATOS, 2003, p. 28 e 29)

Este era o pensamento da Igreja, uma igreja elitista, conservadora dos bons costumes, ressaltando que não se envolvia com as causas sociais, uma Igreja completamente diferente a que propunha o Evangelho. Mas o que propunha o evangelho?

Que a Igreja estivesse a serviço do povo, que era preciso sair das sacristias, a Igreja deveria ser missionária, onde todos são chamados a aderir ao projeto de Cristo. Igreja não identificada como hierarquia, mas com o “Povo de Deus”, Igreja em que todos são sujeitos ativos, que participam da missão, onde todos se conhecem e são reconhecidos. (MATOS, p.210).

É importante refletir que neste contexto social, a nível nacional, como também mundial, ocorria no mundo o comunismo, desafiando os governantes. A mobilização das massas rurais por elementos de esquerda proporcionava forte motivação para a Igreja se posicionar. “Não é descabido afirmar que em muitos casos não foi tanto a existência da pobreza em si que fez a Igreja agir no campo, mas sim a politização da pobreza por forças alheias à sua influencia”. (MATOS, 2003, p. 136).

Ainda neste contexto de mudanças surge os movimentos renovadores na Igreja, como o Ação Católica no Brasil – ACB, e Ação Católica Especializada - ACE que no decorrer dos anos revelou-se uma autêntica escola de amadurecimento do leigo na Igreja, era importante a participação do leigo frente as questões sociais, o mesmo deveria ser “fermento na massa” para transformar uma sociedade mais cristã, e portanto, mais justa e humana segundo os desígnios de Deus. (MATOS, 2003, p.139). Como também a JUC – Juventude Universitária Católica, JOC- Juventude Operária Católica e o MEB – Movimento de Educação de Base. Importante destacar a criação da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em 05 de maio de 1952.

De uma postura conservadora, assistimos a uma mudança quantitativa com a presença da Igreja em nosso país, sendo uma atuação predominantemente assistencial no mundo rural e operário, com isso passa-se a uma ação conscientizadora e fortalecedora das

reivindicações sociais. Neste contexto social, com as transformações da sociedade, ela, iria ao encontro da realidade sofrida pelo povo, em especial os camponeses.

Concomitantemente a Igreja ajudou o trabalhador do campo a interiorizar criticamente seus problemas específicos e a se organiza para encontrar soluções viáveis ao alcance dos meios a sua disposição. Assim contribui para valorizar o homem, tirando-o do fatalismo, para Lustosa apud Matos (2003, p. 146 à 147)

A igreja propiciou ao homem do campo “o dom mais precioso para sua vida simples do dia – a – dia: a confiança em si, a consciência de que ele podia e devia realizar o sentido de comunidade no trabalho participando a descoberta de que, com os meios e recursos limitados de que dispunha, tinha condições de superar o nível de inferioridade de vida que vegetava.

Tendo uma atitude voltada em favor do povo, no governo de Juscelino Kubitscheck, a Igreja compartilhava em parte com os programas de desenvolvimento, tornando fiel cooperadora da política do governo e dela também se favorecendo amplamente, o resultado disso foi a adesão do Estado com a Igreja.

Mas qual o papel do estado?

A política em seu verdadeiro sentido é um conjunto de ações pelos quais os homens buscam uma forma de convivência entre os indivíduos, grupos, nações que ofereça condições para a realização do bem comum. Em outras palavras, é o exercício do poder a serviço do bem estar da comunidade. Entendendo a política, então, como um meio de realizar o bem comum e tornar o mundo mais humano.

A eleição de Janio Quadros em 1961 causa profunda inquietação entre as classes dominantes, que o acusava de comunismo e isso a sociedade não acolhia com bons olhos. O projeto por reforma agrária levou direto ao golpe de estado em 31 de março de 1964. Durante o período da ditadura não aconteceu o que chamaríamos de direito do povo.

O golpe militar provocou uma verdadeira crise nas instituições políticas, nas aspirações sociais e nas reformas de base. A ala conservadora da Igreja promoveu manifestações populares de cunho anticomunista “em nome da fé”: as “Marchas da Família com Deus pela liberdade”. A partir de então a Igreja fica dividida entre os conservadores e os progressistas.

A Igreja Católica exerceu papel preponderante na concretização do golpe de 1964. Estimulada pelo discurso de que o país vivia sob a ameaça da implantação de um regime comunista, a Igreja apoiou os militares na instalação do novo governo. Perceber-se que em determinado momento a Igreja se encontra ao lado do povo e no outro dos governantes. No entanto os Clérigos e bispos que não concordavam com o regime militar resolveram combater

os atos de violência aos direitos humanos. Abandonaram a sua postura secular como instituição elitista e conservadora, para aproximar-se das classes populares em defesa da justiça social.

No Nordeste, três bispos se destacaram como líderes religiosos que denunciavam as torturas e a violência repressiva que o governo militar estabelecera ao país. Passaram a ser chamados de “bispos vermelhos”. Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Maria Pires, arcebispo da Paraíba e Dom Fragozo, bispo da diocese de Crateús no Ceará, estes eram apontados como expoentes da esquerda católica em nossa região.

Enfrentaram a ditadura com coragem, pregaram a reação ao regime, incentivaram a juventude a se rebelar contra a repressão como também auxiliaram os sindicatos e cooperativas no apoio aos trabalhadores, em especial os camponeses. Eles defendiam a conscientização política do povo, como forma de se fortalecer diante do regime totalitário implantado. Embora recebessem frequentemente ameaças não se acovardaram, pelo contrário desafiaram os poderosos.

Eles defendiam o que fora apresentado da II Assembleia Geral do Conselho Episcopal Latino Americano realizado em Medellín, na Colômbia no ano de 1968 que propunha uma Igreja popular, fazendo uma opção pelos pobres, defendendo os direitos humanos, denunciando as injustiças sociais. (LEITÃO, 2013, p. 153).

Nesta mesma assembléia Dom Helder apresenta um documento elaborado pelo Padre Joseph Comblin, que entre outras observações, afirmava:

A Igreja adotou e continua adotando a mesma atitude de grandes proprietários; desconhece a existência das massas rurais e seu caráter humano. Nunca a Igreja fez tão pouco por uma categoria social. O clero é formado por pessoas assimiladas às classes altas. A religião que se ensina ao povo é freqüentemente uma religião primitiva, medieval, tipicamente subdesenvolvida. (LEITÃO, 2013, p. 153)

Era preciso mudar, Medellín contribuiu muito para o desenvolvimento da Igreja de nossa terra, estabelecendo o sentido de latino-americanidade e de solidariedade continental. Avivaram-se os laços culturais e a consciência de problemas sociais comuns, bem como a necessidade da busca de caminhos pastorais para uma evangelização encarnada na realidade do continente.

A Igreja do Brasil saiu daquela assembléia de Medellín fortalecida e enriquecida quanto as suas opções pastorais. Ela estava pronta para trilhar caminhos novos, a fim de tornar o Evangelho boa notícia de vida para todos, em especial para os pobres, marginalizados e excluídos da sociedade. (Matos, 2003, p. 187).

A partir de Medellín, abre-se para o catolicismo do Brasil uma década extremamente fecunda e inovadora no que diz respeito à compreensão que a própria Igreja tem de si mesma e de sua presença evangelizadora. A fé quando autêntica está diretamente relacionada com a justiça social.

Cada governante militar que assumia o governo mostrava sua verdadeira face como porta-vozes das classes dominantes, ou seja, daqueles que representavam os grandes monopólios nacionais associados ao capitalismo internacional.

Mas o que mais deixou a sociedade em choque foi o Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968 durante o governo do general Costa e Silva, dentre os Atos Institucionais este foi o mais repressivo de todos, definiu o momento mais duro do regime. Este Ato Institucional dava poderes supremos ao presidente para fechar o Congresso Nacional e assembleias estaduais e municipais, cassar mandatos, suspender direitos políticos entre outros. A sociedade civil reagiu com as greves operárias, os estudantes universitários protestavam nas ruas exigindo o retorno da Democracia, o ano de 1968 ficou marcado na história brasileira como um momento de grande contestação da política vigente que governava o país.

Com isso a Igreja firmemente assumiu como seus os problemas vitais do povo, rompendo corajosamente a tradicional aliança com as classes dominantes. Neste clima de terror que a sociedade vivenciava, muitos foram os religiosos e religiosas torturados, fazendo com que a Igreja tomasse uma posição. Foi o sangue derramado desses homens e mulheres de fé, que fecundou a igreja no Brasil, dando mais força no anúncio do Evangelho.

Nos anos 70 surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) com uma nova maneira de vivenciar o Evangelho, fala-se que elas “reinventaram a Igreja” e passaram a construir “um novo jeito de ser Igreja”

Nasce também uma outra forma de se pensar a fé em sintonia com a realidade vivida e analisada pela Teologia da Libertação, propunha reflexões um tanto subversivas aos olhos militares e seu ideal de libertação atingiu não só a liturgia e os grupos de oração, mas também abrangia propostas exteriores, sugerindo mudanças na vida material das pessoas. Um desses trabalhos foi a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975 para atuar na defesa dos pequenos proprietários e posseiros frente aos grandes latifundiários.

A Igreja oficial realmente se abriu ao povo, começando a conhecê-lo de perto, nas suas misérias e potencialidades. Adota um compromisso com a causa popular em nome da autenticidade evangélica, a Igreja em seu todo torna-se mais profética, mais desapaixonada de poder, com respeito aos excluídos, pobres e marginalizados.

4- Por falta de terras, pela repressão, teve início aos Encontros de Evangelização

Na década de 60, acumulavam-se os problemas sociais no campo, a maioria da população residiam na zona rural, em situação de gritante injustiça. No qual não tinham acesso aos direitos trabalhistas já conquistados pelos trabalhadores das grandes cidades, estes trabalhavam para os grandes proprietários de terra, como moradores, arrendatários, foreiros, vivendo sujeito aos caprichos dos grandes latifundiários.

Muita gente sem terra, enquanto existia muita terra sem gente. Muita violência dos latifundiários, expulsão de terra sem indenização, desrespeito dos direitos dos trabalhadores rurais. Era justamente neste contexto em que se encontrava Mogeiro.

Como bem sabemos que durante o período da Ditadura Militar no Brasil, poucas foram as cidades onde seus cidadãos não foram vítimas, das inúmeras formas de repressão, seja de torturas físicas ou psicológicas, atores sociais na cidade de Mogeiro – Pb, também foram vítimas do regime a partir do ano de 1969.

Para entendermos como teve início os Encontros de Evangelização Rural, foi necessário o contato com estes representantes e, através de entrevistas e leituras bibliográficas entender melhor, as transformações que acontece em uma dada realidade.

Os encontros de Evangelização Rural iniciou-se na cidade de Mogeiro – PB em fevereiro de 1969. Recém empossado o padre João Maria Cauchi, fizera um convite ao Sr. Manasses Luciano para rezar o terço na comunidade que morava, e pediu para convidar outras pessoas, daí então iniciou-se os encontros que aconteciam aos domingos na comunidade de Guararema, que como o passar dos dias se transformou na leitura da Bíblia.

Aos poucos as pessoas da comunidade foram se engajando no movimento despertado pelo padre João Maria, e perceberam o real sentido destes, que era promover em seus participantes os direitos como cidadãos.

Assim os encontros foram se estendendo para outras comunidades rurais, e com isso também a perseguição aos pioneiros, os quais eram chamados de comunistas pela sociedade, sendo denunciados aos militares, uma vez que o regime militar vigorava no país.

É nesta perspectiva que a autora Sandra Jatahy Pesavento em seu livro História e História Cultural, vem nos nortear acerca do estudo em questão, ela nos questiona como podemos interpretar e transcrever a história? E nos conduz pela história cultural, mas antes nos reporta as alterações ocorridas no âmbito da história, antes uma história contada pelos detentores do poder, ou seja, se passava para a sociedade, a história oficial, dos grandes heróis, a de que tudo já estava predito, “as respostas já estavam lá, pelas lógicas de explicação

estabelecidas e consagradas, antes mesmo do trabalho de investigação” (Pesavento, 2008, p. 9)

Com a “nova História cultural” os homens organizam ou projetam tanto a si mesmo como o mundo, identificando e estabelecendo sentidos para os objetos e suas respectivas realidades.

As representações Construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora bem como explicativa do real. (Pesavento, 2008, p. 39)

Apoiados nestas concepções nos reportamos às falas dos protagonistas sociais em Mogeiro, nas entrevistas que nos foram concedidas, ao motivar estas falas como a questão: Qual era o objetivo dos encontros de Evangelização Rural?

“ Agente tinha em mente que a terra era de Deus, a terra não foi comprada por ninguém, então aquele que trabalhasse na terra, deveria ser indenizado pelos benefícios feitos na terra, e a partir das Cartas de São Tiago, fazia-mos um confronto com a realidade, a Bíblia não é só um livro de reza é a história do povo de Deus, então refletia a realidade. Na Ditadura Militar os proprietários de terra plantava capim e, os agricultores não tinham onde trabalhar, então começou a luta pela sobrevivência.” (Isac Luciano Rodrigues – 2014)

É inegável que a partir dos encontros de Evangelização Rural, como era chamado pelos seus integrantes podemos então perceber que a Bíblia foi um instrumento de reflexão para aqueles simples agricultores que passaram a ter mais consciência.

Ora, muitos livros da bíblia narram histórias, que para eles era semelhantes a realidade vivenciada pelos mesmos naquele contexto. O Regime Militar oprimia através dos latifúndios que não permitiam que trabalhassem em suas terras, mas a bíblia ensinava-lhes a libertação através das leituras dos evangelhos.

Quando expõe ”a bíblia não é somente um livro para rezar”, ou seja, ela levou os agricultores a refletir que os encontros dos quais participavam, não era somente rezar o terço, mas lutar por seus direitos, pela sua sobrevivência e de sua família a qual estava sendo negada.

Precisamos entender como estes trabalhadores ao longo do tempo foram construindo suas histórias de luta, suas falas nos revela o que aconteceu naqueles anos, no início eram encontros de leituras da Bíblia, por incentivo da ala progressiva da Igreja católica, depois o despertar da realidade vivenciada por eles, onde a forma de sobrevivência que era o cultivo da

lavoura era substituída pelo capim. Em mais um testemunho, eis a resposta a perguntar sobre quais as formas de repressão utilizadas pelos militares em Mogeiro?

“Não podíamos nos encontrar, éramos vigiados pelos policiais federais, disfarçados de vaqueiros, queriam que acabassem com os encontros da leitura da Bíblia.”
(Renato Luciano Rodrigues – 2014)

Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade, pela sua capacidade de mobilização e de produzir o reconhecimento e legitimidade social:

Escrever a História, ou construir um discurso sobre o passado, é sempre um ir ao encontro das questões de uma época. A História se faz como resposta a perguntas e questões formuladas pelos homens em todo os tempos. Ela é sempre uma explicação sobre o mundo, reescrita ao longo das gerações que elaboram novas indagações e elaboram novos projetos para o presente e para o futuro, pelo que reinventam continuamente o passado. (Pesavento, 2008, p. 59)

Roger Chartier (2010) estudioso sobre representações, alerta-nos que a historia cultural , pretende mostrar uma outra maneira de pensar as evoluções e posições intelectuais, para ele o objeto da história cultural é identificar o modo como em diferentes tempos e espaços uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler. E frente a mais um questionamento na entrevista aos atores sociais de Mogeiro quando perguntado, o senhor(a) se arrepende de ter participado do movimento de Evangelização Rural?

Não, se não fosse o grupo de evangelização, não sei como estava o município de Mogeiro hoje, se não fosse aquela reunião com o Padre João Maria e Socorro Barbosa . (Renato Luciano Rodrigues – 2014)

E assim podemos perceber a importância das representações coletivas, que podem mudar a realidade que estão vivenciando e a importância em compreender os mecanismo que levou determinado grupo se impor, ou tentar impor a sua concepção da sua luta, do mundo social que estão inseridos, buscando compreender o que os levou a lutar por seus objetivos.

CONCLUSÃO

O golpe militar interrompeu o processo democrático em nosso país, seguindo assim diversos governos comandados por militares por longos e tenebrosos 21 anos.

E a Igreja Católica usava dos mesmos artifícios para com a sociedade? O que fizera para amenizar os clamores do povo?.

Mas a sociedade protestou em especial com os jovens, que se mobilizaram contra um mundo burocratizado e, valendo-se das mais diferentes formas de manifestações, dentre estas podemos citar a música como forma de protesto. Diante de tudo isso, percebemos o quanto as pessoas tem o poder de decisão em suas mãos, e que não devemos nos omitir diante dos fatos, que nos prejudica e ao outro, devemos lutar pela nossa liberdade de opinião, pelos nossos direitos e não deixar quem estar no poder possa ditar as regras do jogo.

Neste contexto de incertezas percebemos que durante um certo tempo a Igreja Católica aliou-se ao governo recém instalado, temerosa que o comunismo fosse instalado no país, pois o mesmo era visto como algo ruim, embora alguns membros da igreja denunciasses as atrocidades do novo governo, entendemos que vivenciaram esta condição, mas frente às leituras, é explícito o autoritarismo do Estado, principalmente no governo Costa e Silva, a Igreja deixou seu caráter conservador e procurou voltar-se em defesa do povo.

Mostrando para a sociedade o verdadeiro sentido da Igreja de Jesus Cristo, a qual é fazer sua escolha em defesa dos excluídos da sociedade, e percebemos quando uma ala da Igreja se une aos movimentos sociais. Se o Brasil não se curvou diante os militares, Mogeiro não foi diferente, a leitura da Bíblia, fez despertar naquele grupo a força que tinham para mudar a realidade vivida por cada cidadão que pertencia ao grupo de evangelização.

Fazer a abordagem sobre está temática foi para mim gratificante, tive a oportunidade de conhecer um pouco da história de alguns moradores da minha cidade, da sua luta em defesa da sobrevivência, como também transformar minhas inquietações meus anseios em realidade, cabendo a mim partilhar esses conhecimentos adquiridos.

Como sabemos que durante o Regime Militar no Brasil, a Igreja Católica dividiu-se em duas Alas, ou seja, a Ala dos Conservadores e a Ala dos Progressistas, podemos ver bem explícito nas falas dos atores sociais que contribuíram através de entrevistas a presença da Ala dos padre progressistas na Igreja de Mogeiro, como também nas cidades vizinhas de Ingá, Itabaiana entre outras.

É importante ressaltar que a comunidade de Mogeiro, estava dividida, alguns moradores não acolhiam com simpatia o movimento de Evangelização Rural, para eles o movimento era de pessoas comunistas.

O Padre João Maria Cauchi é um deles que dava sinais visíveis do seu compromisso com os mais pobres, em especial com os do meio rural, dando todo apoio necessário aos mesmos, seu desejo era através do Evangelho conscientizar o povo da força que tinham e que tem, e quando necessário fossem lutar por uma vida mais digna, mais humana, para ele o povo

não podia perder a esperança, pois como o próprio dizia: “ Não há sentido dividir: o Evangelho na Igreja e o trabalho no mundo.”

Abstract

As we commemorate the fiftieth anniversary of the military coup in Brazil , it is clear that are not exhausted from being published in books , articles, magazines and newspapers, careful way the facts elapsed in the 60s, especially the 21 years in which Brazil experienced in its various aspects : political, economic, social, cultural and religious and never leave the memory of the Brazilian people , especially those who have been victims of the military regime . This article presents a reflection on the issues related to the Catholic Church and the military dictatorship in Brazil. Time of great repression , authoritarianism and conservatism state this in one wing of the Catholic Church from 1960 to 1980. Motivated by the problem : what was the position of the Catholic Church ? What did she do to mitigate this lack of freedom of society? Who joined the social movements ?; is that we look back on this work aiming to understand the role of the Catholic Church present in Mogéiro -PB at this time. To develop this work at first made a qualitative literature search using the method of orality , in interviews with actors who experienced the period under study. Theoretically supported by authors like Matos, Braick , Chatier and Pesavento .

key – words: Church, authoritarianism, repression, Mogéiro, state and people.

Referências Bibliográficas

BARROS, Edgard Luiz de. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 13.

BRAICK, Patrícia Ramos. **História: das cavernas ao terceiro milênio/** Patrícia Ramos Braick, Myriam Becho Mota – 2ª Ed. – São Paulo :Moderna, 2010.

DANTAS, João Tirbúcio. **Ditadura Militar (45 anos do golpe de Estado)**, Disponível em: <http://tribunapopular.wordpress.com/2009/04/04/artigo-ditadura-militar-45-anos-do-golpe-de-estado>. Acesso em: 01 de set de 2014.

FERREIRA, Jorge. GOMES, Angela de Castro. **1964 o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **As reformas de base**. IN: Portal FGV – Cpdoc. Disponível em < www.cpdoc.fgv.br> acesso em jan. 2010.

FERREIRA, Maria das Dores. **Assentamento Dom Marcelo Pinto Carvalheira, a luta pela vida na luta pela terra: Um olhar Histórica Social**. Campina Grande, 2005

- GABRIELE, Giacomelli. **Um saberzinho que é pouco, mas não é**, João Pessoa: Ideia, 2007.
- LEITÃO, Rui César. **1968 – O grito de uma geração/ Rui César Leitão – Campina Grande: EDUEPB, 2013.**
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Separação da Igreja e do Estado no Brasil (1890); uma passagem para a libertação.** In: Reb 35 (1975), n. 139. PP. 624 -647.
- MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História : 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil/ Henrique Cristiano José Matos – São Paulo : Paulinas, 2003. – (Coleção Igreja na história).**
- OLIVEIRA, Niara. **Silêncio e escuridão: a ditadura militar no Brasil**, Disponível em: <http://acertodecontas.blog.br/artigos/silencio-e-escuridao>. Acesso em: 01 de set. de 2014.
- PEREIRA, Anthony. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina:** tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres – São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural – 2º ed. 2. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.**
- ROGER, Chartier. **A história cultural entre práticas e representações**, Lisboa: Difel, 2002.
- RUY, Maria Carolina. **1º de maio da Praça da Sé em 1968.** Jornal da Força Sindical, São Paulo, p. 16, mai/jun 2014.
- SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo. **História: livro do professor / Gislane Campos Azevedo Seriacopi, Reinaldo Seriacopi.** São Paulo: Ática, 2005. (Série Brasil).
- SOUSA, Rainer Gonçalves. **O Brasil na ditadura militar**, Disponível em: <http://www.escolakids.com/o-brasil-no-periodo-militar.htm> . Acesso em: 01 de set de 2014.
- SOUZA, Herbert José de - o Betinho. In BARROS, Edgar Luiz de. **Os governantes militares.** 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 1994. P.13.
- SOUZA, Ana Carolina Machado. **A Igreja Católica e a Ditadura Militar.**, Publicado em 8 de ago de 2011 por historiandonet07. Acesso em: 01 de set. 2014.